

ECONOMIA

21/09/2017

Nem chuva deve reduzir déficit

Melhora no consumo também é essencial para retomada da capacidade das usinas

Reuters



Altieri explica que a crise econômica derrubou a demanda em 2015 e 2016/CCEE/Divulgação

São Paulo - As hidrelétricas brasileiras não dependem só de uma melhora no regime de chuvas para deixar de produzir abaixo de sua capacidade, o que acontece desde 2014 devido à falta de água nos reservatórios, mas também de uma virada no cenário de consumo de eletricidade, com uma recuperação da demanda, disse ontem o presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri.

A projeção da CCEE atualmente é que as usinas hídricas devem fechar 2017 com geração equivalente a apenas 81,3% de suas garantias físicas, que é o montante de eletricidade que cada uma delas pode comercializar no mercado.

O déficit em relação à garantia total tem que ser comprado pelos operadores das usinas no mercado de curto prazo, muitas vezes a preços elevados, o que gera uma conta bilionária. O presidente do Conselho de Administração da CCEE disse que o problema é que muitas hidrelétricas entraram em operação nos últimos anos, enquanto a crise econômica derrubou a demanda em 2015 e 2016, o que não acontecia no Brasil desde 2009.

Ao mesmo tempo, houve ainda um aumento na geração de outras fontes, como renováveis e termelétricas.

“Você tem mais capacidade em hidrelétricas. Por exemplo, Belo Monte está em plena motorização, as usinas do Madeira já estão completamente motorizadas, a usina de Teles Pires também. Então você agregou muita garantia física e o mercado não cresceu tudo aquilo que era esperado. Está sobrando oferta e faltando carga”, disse ele a jornalistas no intervalo de evento do centro de estudos Instituto Acende Brasil em São Paulo.

No sistema brasileiro, a prioridade é atender à carga com renováveis e termelétricas “inflexíveis”, que têm restrições para ser desligadas.

Segundo Altieri, o consumo baixo faz com que a carga que resta a ser atendida pelas hidrelétricas não seja suficiente para acionar essas usinas à toda carga, o que faz com que elas gerem abaixo da capacidade estimada.

A CCEE estimou que mesmo um cenário otimista para o uso das hidrelétricas em 2018 pode acabar com uma geração dessas usinas equivalente a apenas 91% das garantias físicas. "Isso prova que é (um déficit) conjuntural. Assim que o mercado voltar a crescer... não sei quando, mas vai normalizar, os reservatórios vão encher. Talvez não seja no curto prazo", apontou.

Impacto - O déficit das hidrelétricas tem gerado forte impacto na liquidação mensal das operações realizadas no mercado de curto prazo de eletricidade.

Como operadores de usinas conseguiram liminares para evitar parte das perdas com o déficit de geração, grande parte dos valores cobrados nas liquidações têm ficado em aberto ao menos desde meados de 2015.

Na liquidação das operações de julho, realizada neste mês, cerca de 70% dos R\$ 4,4 bilhões em transações contabilizadas ficaram em aberto.

Ontem, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que o governo pretende incluir em uma medida provisória (MP) que pode ser publicada até o final de outubro algum mecanismo para solucionar o problema com o déficit hídrico.

Segundo Altieri, essa solução deve envolver alguma compensação aos donos das hidrelétricas para que eles desistam da briga judicial - possivelmente por meio da extensão de contratos de concessão das usinas por prazos de entre dois a quatro anos.